

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 052**

Período: de 28/08/02 a 04/10/02

Franca – Brasil

- 1 - Forças Armadas atuaram no Rio de Janeiro em 1994 no combate ao crime
- 2 - Partido político estuda pedir reforço do Exército para votação no Rio de Janeiro
- 3 - Governadora do Rio de Janeiro pede ajuda do Exército e de tropas federais para a eleição
- 4 - Coluna do *Jornal do Brasil* especula sobre possível futuro ministro da Defesa
- 5 - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) quer Exército nas ruas
- 6 - 170 municípios pedem proteção do Exército para a realização das eleições
- 7 - General do Exército avalia os candidatos e os problemas de Defesa
- 8 - Exército deve vigiar seções eleitorais no Rio de Janeiro
- 9 - Menos recursos para Forças Armadas
- 10 - O Estado de S. Paulo publica notícias sobre as Forças Armadas no período Collor

Forças Armadas atuaram no Rio de Janeiro em 1994 no combate ao crime

Diante da criminalidade no Rio de Janeiro diversas idéias já foram testadas e uma das propostas mais polêmicas e recorrentes é o uso das Forças Armadas no combate à violência. Essa idéia, contudo, já foi executada em 1994 e 1995 na Operação Rio, contra o tráfico de drogas. Os soldados realizaram patrulhamento e ocupação de morros, porém, a redução do índice de criminalidade ficou abaixo do esperado. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 01/10/02)

Partido político estuda pedir reforço do Exército para votação no Rio de Janeiro

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) estuda a possibilidade de pedir ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o reforço do Exército para garantir a segurança da votação no Rio de Janeiro no próximo dia 6, quando ocorrerão as eleições. Segundo o comando da campanha do candidato do PSB, Anthony Garotinho, qualquer distúrbio poderia prejudicar a possibilidade do candidato chegar ao segundo turno, com o risco de esvaziamento de zonas eleitorais devido à ação do crime organizado. "Não descartamos a possibilidade de pedir à Justiça Eleitoral que convoque o Exército para garantir a votação", disse o vice - presidente nacional do PSB, Roberto Amaral. A decisão de pedir a convocação do Exército, porém, será tomada em conjunto com a coordenação da campanha de Rosinha Matheus (PSB), candidata ao governo do Estado do Rio. (Folha de São Paulo – Brasil – 02/10/02)

Governadora do Rio de Janeiro pede ajuda do Exército e de tropas federais para a eleição

A governadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim, o envio de tropas militares federais para atuar na região metropolitana do Rio nas eleições do próximo dia 6. O pedido de

Benedita tem por base informações da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública de que traficantes estariam organizando ações para tumultuar a eleição no Rio e cidades vizinhas, como aconteceu no último dia 30, quando o comércio fechou em todo o Rio de Janeiro. Segundo algumas informações obtidas, o plano inclui o fechamento de escolas onde funcionarão zonas eleitorais e a interrupção dos transportes públicos, principalmente em áreas críticas, como as favelas da Tijuca e o complexo do Alemão, na zona norte. A governadora também solicitou o auxílio das Forças Armadas. Segundo o relações-públicas do Comando Militar do Leste (CML), coronel Ivan Cosme, o Exército está preparado para ajudar o governo do Rio. "Temos procedimentos preparados para esses casos, que já aconteceram em outros Estados do Brasil", disse. Com a mobilização do Exército devem ser destacados, pelo menos, mil homens. Este contingente faz parte de tropas de elite, formadas por soldados experientes e especializados em ações de comando e ocupações de pontos estratégicos. (O Globo - O País - 02/10/02; Folha de São Paulo - Brasil - 02/10/02; Jornal do Brasil - Rio - 03/10/02)

Coluna do *Jornal do Brasil* especula sobre possível futuro ministro da Defesa

A eleição ainda não aconteceu, mas já surgiu um lobby nas Forças Armadas pelo nome do ministro da Defesa em um eventual governo Lula. Segundo o colunista do *Jornal do Brasil*, Gustavo Krieger. Segundo ele, o preferido da caserna é o ex-guerrilheiro José Genoíno. (Jornal do Brasil - Informe JB - 03/10/02)

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) quer Exército nas ruas

As ameaças de traficantes e a onda de boatos que contaminaram todo o Rio de Janeiro, no último dia 30, afetaram o turismo com o cancelamento de reservas na rede hoteleira, e levaram o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Alfredo Lopes, a sugerir a intervenção das Forças Armadas em ações policiais que poderiam incluir o cerco a favelas para minimizar a situação. "Após as eleições temos que discutir, por exemplo, se não seria conveniente que o Exército participasse de operações para desarmar a população, inclusive, dando apoio à polícia em operações para cercar favelas e outros pontos do Rio. O turista só vem para uma cidade se a população se sente bem", disse Lopes. (Jornal do Brasil - Brasil - 02/10/02)

170 municípios pedem proteção do Exército para a realização das eleições

Nessas eleições 170 municípios brasileiros pediram a proteção do Exército devido a assassinatos de prefeitos, ânimos acirrados, cancelamento de títulos e ameaça a funcionários da Justiça Eleitoral, são alguns dos motivos. As tropas federais vão estar presentes em pelo menos oito Estados: Acre (AC), Amazonas (AM), Bahia (BA), Pará (PA), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Roraima (RR) e Tocantins (TO). A presença do Exército ainda poderá ser solicitada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia da eleição. Mais de 6.000 homens devem participar da operação. Em agosto, o Ministério da Defesa pediu ao TSE que o envio de forças federais fosse feito com critérios mais rígidos por causa da dispensa de 44 mil recrutas em razão de cortes no Orçamento. No entanto, a maioria dos Estados que solicitaram tropas até agora está sendo atendida. Mesmo assim, o número de municípios desta vez é bem

menor do que nos outros anos: em 1994 e 1998 o Exército foi enviado, respectivamente, a 438 e 270 municípios. O Piauí terá 38 dos seus 222 municípios protegidos. A violência foi o motivo que levou os juízes eleitorais de Luzilândia (PI), Altos (PI), Coari (AM) e Nova Aripuanã (AM) a requisitar o Exército. As quatro cidades tiveram prefeitos assassinados nos últimos anos. Em Curionópolis, no sul do Pará, a Justiça Eleitoral pediu o apoio do Exército porque há cerca de 10 mil garimpeiros reivindicando entrada em Serra Pelada. Já em Tocantínia (TO), a presença das tropas federais é necessária em três zonas eleitorais situadas nas terras dos índios Xerente. No Acre, todos os 22 municípios vão receber tropas federais por causa do clima de confronto entre o governador Jorge Viana (PT) e o Tribunal Regional Eleitoral, que cassou a sua candidatura – decisão posteriormente suspensa pelo TSE. Em Camaçari (BA), o Exército foi acionado porque um recadastramento constatou a existência de 18 mil títulos de eleitores a mais, que foram cancelados. Já em Roraima, todos os 15 municípios do Estado solicitaram o Exército por dificuldades de locomoção. O único Estado que até agora teve o pedido de tropas negado pelo TSE foi a Paraíba. (Folha de São Paulo – Brasil – 03/10/02)

Coluna de general do Exército avalia os candidatos e os problemas de Defesa

O general reformado do Exército, Carlos de Meira Mattos, escreveu para o jornal *Folha de São Paulo* uma análise de como os candidatos à presidência da República estão tratando os problemas relacionados à Defesa Nacional. Segundo ele, esse tema de extrema importância deveria ter sido discutido nos programas eleitorais e de governo de todos os candidatos. Como isso não ocorreu, duas entidades civis que congregam oficiais das Forças Armadas em serviço ativo e em inatividade, os clubes militares reunidos (do Exército, Marinha e Aeronáutica), e a Fundação de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola Superior de Guerra convidaram os candidatos à presidência para um debate sobre os temas: política externa, política de defesa e Forças Armadas. A iniciativa trouxe para o cenário político e para a imprensa esses temas de relevante importância para o país. Outros temas polêmicos a serem discutidos são: as questões de soberania no contexto da globalização, o Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Acordo de Alcântara, o serviço militar obrigatório, a modernização das Forças Armadas e o orçamento de Defesa. O general Mattos defende que um governante não pode ignorar suas responsabilidades com a defesa do Estado e para defender sua soberania e interesses, o Estado precisa de poder. E este necessita obrigatoriamente das Forças Armadas, como permanente e indispensável componente do poder do Estado. (Folha de São Paulo – Tendências/Debates – 03/10/02)

Exército deve vigiar seções eleitorais no Rio de Janeiro

No próximo domingo (6), dia das eleições, o Exército deverá sair às ruas para fazer vigilância sobre as zonas e seções eleitorais da região metropolitana do Rio de Janeiro. As polícias farão o patrulhamento de ruas e favelas. A decisão foi tomada na última quinta-feira (03), durante a primeira reunião dos dirigentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Federal e do Comando Militar do Leste (CML) com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Álvaro Mayrink da Costa. Segundo a jornalista Talita Figueiredo, que escreve para o jornal *A Folha de S. Paulo*, não

é do consentimento do Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro que as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) participem da operação. Apenas o Exército participaria e, ainda, tendo suas atividades restritas às zonas eleitorais. Já Silvana de Freitas, que escreve para o mesmo jornal, diz que o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, colocou as três forças à disposição da Justiça Eleitoral para garantir a proteção das eleições. A governadora do Estado Rio de Janeiro garantiu, segundo *O Estado de S. Paulo*, que as Forças Armadas não serão uma ameaça para as comunidades carentes do Rio de Janeiro. Segundo ela, certamente o Exército não voltará seus canhões e tanques para os morros, como aconteceu durante a reunião da Rio -92. O caderno *Opinião* do jornal *O Globo* considera esta decisão de enviar tropas às ruas como correta, tendo em vista que, segundo os serviços de inteligência da polícia, há suspeitas de planos dos traficantes para tumultuar as eleições; no entanto, atenta que se trata de uma situação excepcional, e, caso contrário, não se deve enviar as Forças Armadas para as ruas. (Folha de S. Paulo – Brasil -04/10/02; Jornal do Brasil – Política - 04/10/02; Jornal do Brasil – Rio - 04/10/02; Jornal do Brasil - Tempo Real - 04/10/02; O Estado de S. Paulo – Nacional -04/10/02; O Globo – Rio - 04/10/02; O Globo – Opinião - 04/10/02)

Menos recursos para Forças Armadas

O governo Federal prevê a liberação de R\$ 27 bilhões para as Forças Armadas no próximo ano, sendo que cerca de R\$ 12 bilhões serão destinados para o pagamento de pessoal e para despesas com encargos sociais. Não há garantias, porém, que o próximo governo cumpra tal previsão. No início deste ano, estavam previstos os mesmos R\$ 27 bilhões de gastos para as Forças Armadas, porém este valor foi muito reduzido devido à crise financeira. Até o momento foram destinados apenas R\$ 16 bilhões. Não há indicativos da forma como o novo Presidente da República irá tratar esta questão, já que todos os candidatos foram cautelosos ao discutir a situação dos militares. (Jornal do Brasil – Brasil - 29/09/02)

O Estado de S. Paulo publica notícias sobre as Forças Armadas no período Collor

A seção *Diário do Passado* do jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou nos dias 29 e 30 de setembro notícias já publicadas nestes mesmos dias e mês do ano de 1992, época em que o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello estava prestes a se concretizar. Segundo estas notícias, Fernando Collor já havia perdido o apoio dos militares desde que estes perceberam que havia desprezo por parte do presidente no tocante às suas reivindicações. Antes mesmo de Collor deixar definitivamente a Presidência, seu vice Itamar Franco reuniu-se com militares e fez-lhes promessas, como dar continuidade ao programa de construção do submarino nuclear da Marinha, bem como injetar recursos na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Após as comemorações do 7 de setembro (Dia em que se comemora a Independência do Brasil) do ano de 1992, Itamar Franco teve um longo e reservado encontro com os ministros da Aeronáutica (Sócrates Monteiro) e da Marinha (Mário César Flores), deixando ao arbítrio dos mesmos a decisão de continuar ou não ocupando seus cargos. Os ministros acabaram decidindo que não abandonariam as Forças Armadas repentinamente temendo sua

desestruturação. Os militares temiam também que a agitação nas ruas fosse intensa, pedindo ao vice Itamar Franco que se responsabilizasse por conter eventuais rebeliões populares e ficando em prontidão em caso de necessidade de intervenção do Exército nestes movimentos. (O Estado de S. Paulo - Diário do Passado - 29 e 30/09/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.